

Cronologia de uma greve surpreendente

ADUSP

Como citar: ADUSP. Cronologia de uma greve surpreendente. *In:* LOUREIRO, Isabel; DEL-MASSO, Maria Candida (org.). **Tempos de greve na Universidade Pública**. Marília: Oficina Universitária, 2001. p. 105-116. DOI: <https://doi.org/10.36311/2001.85-86738-20-4.p105-116>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CRONOLOGIA DE UMA GREVE SURPREENDENTE¹

A maior mobilização desde a greve de 1989 questionou as estruturas de poder

3 de abril

O Fórum das Seis reúne-se com o CRUESP na Secretaria de Ciência e Tecnologia. A reunião discute o cronograma para as negociações de data-base. Os itens fundamentais do debate são: (1) o adiantamento do pagamento do reajuste, a ser negociado durante o mês de abril, para o início de maio (ao invés de no início de junho), o que é aceito pelo Fórum; (2) as datas iniciais de negociação: o CRUESP aceita a proposta do Fórum de 13/4 e 19/4; (3) a discussão integrada do reajuste de data-base e dos projetos das reitorias para cada universidade, que o Fórum recusa, manifestando aos reitores a decisão de só discutir reivindicações específicas de categorias ou propostas particulares de cada universidade após a negociação das reivindicações salariais unitárias de docentes e funcionários. O CRUESP também propõe que um eventual acordo tenha validade por dois anos, sendo submetido a revisões anuais, e o Fórum declara que levará a idéia à consideração das assembléias. Além de registrar a reivindicação de reajuste imediato de 25%, o Fórum apresenta argumentos quanto à necessidade de proteção sistemática dos salários em relação à corrosão inflacionária.

5 de abril

Lançada, com sucesso, a Campanha Salarial de 2000. Após o lançamento, no auditório da História,² docentes e servidores, com apoio do DCE, realizam passeata até a Reitoria da USP, para entrega da pauta de reivindicações. Mais de mil pessoas participam da manifestação. Pela manhã, debate organizado pela ADUSP lotou o auditório da História.

¹ *Informativo ADUSP* de junho de 2000.

² FFLCH da USP.

13 de abril

Manifestação pacífica do Fórum das Seis e estudantes na Secretaria da Ciência e Tecnologia, durante negociação com o CRUESP, é tumultuada pela PM. De modo inesperado, arbitrário e truculento, a PM tenta impedir a manifestação e fere várias pessoas. Policiais atiram bombas de gás e fazem disparos para o ar. Mais tarde, no interior do prédio, dois sindicalistas são algemados pela PM. A negociação com o CRUESP não acontece. A repressão é requisitada e referendada pelo secretário José Anibal, sem suscitar a reação enérgica que seria esperada dos reitores.

14 de abril

A Reitoria da USP divulga comunicado que ignora as reivindicações do Fórum das Seis. A ADUSP divulga nota oficial repudiando os fatos ocorridos na véspera e aguardando “providências efetivas de negociação por parte do CRUESP, no sentido de reverter as péssimas condições salariais vigentes na USP, UNESP e UNICAMP”.

19 de abril

Em reunião com o Fórum das Seis, as reitorias apresentam estudos sobre as reivindicações encaminhadas no dia 5. A proposta do CRUESP inclui 7% de reajuste a partir de abril e 3% de abono sobre a massa salarial de abril a dezembro de 2000.

20 de abril

A ADUSP repudia a tentativa da Reitoria de intimidar os participantes das paralisações realizadas nos dias 5 e 13, em defesa da Universidade pública: “Vários colegas, chefes de departamento e diretores de Instituto estão sendo pressionados pela reitoria a entregar listas nominais de funcionários que participaram das paralisações”.

25 de abril

Na assembléia, os professores da USP decidem entrar em greve no dia 26, reivindicando reajuste de 25% a partir de maio e reposição

automática sempre que a inflação acumular 5%. Também entram em greve os funcionários da USP, professores e funcionários da UNICAMP e de vários campi da UNESP. E, no mesmo dia, os estudantes da USP.

26 de abril

No primeiro dia de greve, diversas unidades aderem ao movimento.

27 de abril

Representação do Fórum das Seis comparece a uma reunião técnica com representantes do CRUESP e expõe a metodologia adotada na construção das suas estimativas para a evolução do ICMS e da receita das Universidades em 2.000. Na assembléia, são lidas moções de apoio das congregações do ICB, que defende o reajuste imediato de 25%, e da FFLCH, que expressa por unanimidade a solidariedade à greve. O reitor da USP atende ao convite feito pela ADUSP ao CRUESP, e comparece para explicar a política financeira das universidades. Argumenta, sem convencer, que o atendimento à reivindicação de 25% de reajuste deixaria margem estreita para o pagamento das demais despesas da universidade.

28 de abril

O movimento realiza ato público diante da Reitoria, reparte um grande bolo que representa o orçamento e solta milhares de balões coloridos com a inscrição “25% já”. Os campi de Ribeirão Preto e Pirassununga entram em greve.

2 de maio

Assembléia delibera pela continuidade da greve, reivindica nova reunião de negociação com o CRUESP e sugere à ADUSP que responda a artigos do reitor Jacques Marcovitch (publicado na Folha de S. Paulo) e José Goldemberg (no O Estado de S. Paulo). Aprova também moção de repúdio aos pedidos de listas de grevistas e propõe ao Fórum das Seis a discussão sobre a adequação das reivindicações ao reajuste já concedido.

4 de maio

Assembléia indica ao Fórum das Seis a articulação com as entidades estudantis para incorporação da pauta proposta pelos estudantes, com a organização de luta unitária no âmbito da LDO, junto ao governo do Estado e à Assembléia Legislativa. Indica a realização do 4º Congresso da USP e encaminha, para discussão nas assembleias setoriais, a pauta de reivindicações dos estudantes, que inclui contratação de professores e funcionários, vagas na moradia, HU para todos, eleições diretas para reitor e diretores de unidades, paridade nos conselhos, extinção das fundações privadas, mais verbas (11,6% do ICMS) e vinculação do Centro Paula Souza e FATEC à UNESP. Na FEA, os alunos fazem assembleia com 749 participantes seguida de votação secreta e decidem “apoio à greve, sem adesão”. A proposta de apoio com adesão perde por apenas 28 votos.

5 de maio

O Fórum das Seis realiza novo ato diante da Reitoria da USP, para assinalar a entrega de planilhas com os dados solicitados pelo CRUESP. A manifestação, que contou com a participação dos estudantes, culminou com um “abraço” no prédio da Reitoria. Dez professores do ICB ministram a primeira “Aula na Greve”, para um público que chega a 400 pessoas, em sua maioria estudantes. O tema principal é a deterioração da USP.

8 de maio

O CRUESP convoca nova reunião de negociação para o dia 9, na Reitoria da UNESP, mas, de última hora, anuncia a mudança do local para o campus da UNESP de Rio Claro.

9 de maio

Fracassa a manobra dos reitores de desmobilizar o ato do Fórum das Seis. Mais de 1200 funcionários, estudantes e professores deslocam-se para Rio Claro e fazem uma bonita passeata pelas ruas da cidade. Na reunião de negociação, os reitores propõem apenas um reajuste de 3,75% em janeiro de 2001. Ou “0% já”, como

anunciou nosso Boletim. A Reitoria da USP obtém na 11ª Vara da Fazenda Pública uma liminar que procura “quebrar” financeiramente o SINTUSP, fixando multas de 10 mil reais por dia e por prédio bloqueados.

10 de maio

A maior assembléia realizada até aquele momento rejeita a proposta apresentada pelo CRUESP na véspera e aprova por unanimidade a continuidade da greve. A adesão da Faculdade de Saúde Pública reforça a greve na USP. A UNESP informa agora a paralisação de 100% e a UNICAMP mantém a greve.

11 de maio

A direção do Museu Paulista convoca reunião geral na qual exige a realização de um plebiscito sobre a continuidade da greve, não reconhecendo a decisão da assembléia realizada, que decidira suspender o atendimento ao público. A direção sustenta que o museu irá sofrer multas em virtude do fechamento e que, por isso, seria obrigada a registrar um Boletim de Ocorrência. Neste mesmo dia, é registrado esse Boletim de Ocorrência que relaciona nominalmente dez funcionários engajados no movimento grevista.

12 de maio

O Fórum das Seis envia ofício ao CRUESP com as decisões das assembléias, que rejeitaram a proposta dos reitores do dia 9, reiterando o pedido da planilha de maio e o agendamento imediato de nova reunião de negociação. A indignação fortalece a greve, que chega à terceira semana com o fôlego renovado e o apoio de uma dezena de congregações. Plebiscito na FEA decide pela posição de não aderir à greve, por 67 votos a 41, com dois votos em branco.

15 de maio

O SINTUSP começa a organizar um fundo de greve. Aula na greve do Professor Antonio Candido sobre “Cidadania e movimentos populares”

16 de maio

O CO da USP reúne-se e debate a greve. Um abaixo-assinado com 67 assinaturas dos 105 membros do CO é entregue ao reitor e pede que ele “promova junto ao CRUESP uma agenda contínua de negociações com o Fórum das Seis, com periodicidade máxima de uma semana, tendo como objetivo a elevação do índice de reajuste salarial na data-base de 2.000 e a recuperação de perdas salariais a partir de maio de 1995”. Os estudantes ocupam a Reitoria da USP durante a reunião do CO e conseguem reunir-se com o reitor.

17 de maio

Na Escola Politécnica, a greve se torna massiva. Os estudantes desocupam a Reitoria de forma organizada. Por decisão de assembléia, os funcionários estendem à Reitoria os piquetes.

18 de maio

A assembléia da ADUSP decide fazer uma contraproposta, com índice menor de reajuste imediato, mas com complementação subsequente do reajuste por uma política salarial. Essa contraproposta é levada ao Fórum das Seis. A mobilização crescente das categorias em greve na USP, UNESP e UNICAMP, a avalanche de moções dos colegiados e o apoio conquistado junto à sociedade levaram o CRUESP a sair do imobilismo e convocar uma nova reunião técnica, para o dia 23, na UNICAMP. O CRUESP finalmente entrega a planilha atualizada com a apuração preliminar do ICMS de abril (R\$ 1,701 bilhão). Ou seja, a previsão do governo foi superada em R\$ 104 milhões. — Trabalhadores do setor público estadual e federal, e estudantes, são violentamente agredidos pela Polícia Militar do governo Covas na Avenida Paulista, diante do Masp. Cavalaria, cães e tropa de choque são usados para bloquear e dissolver a passeata que pretendia seguir até a Assembléia Legislativa. Os manifestantes, em número estimado em 50 mil, voltam pela Paulista em passeata e descem a Consolação até a Praça da República. É a maior manifestação pública de repúdio ao arrocho salarial e às políticas de educação e saúde do governo Covas.

19 de maio

O Fórum das Seis aprova indicativo de contraproposta a ser apresentada ao CRUESP. A contraproposta tem três partes articuladas: (1) reajuste de 20% em maio, o que, descontando os 7% de abril, representava um reajuste adicional de 12,15% a ser pago em junho; (2) reajuste em agosto e novembro de 2000, que levasse em conta a massa salarial e a evolução do ICMS; (3) retomada, a partir de janeiro de 2001, de política salarial anteriormente posta em prática nas universidades, que levava em conta o crescimento do ICMS e a inflação.

21 de maio

Na Escola Politécnica, 328 docentes participam do plebiscito recomendado pela Congregação. A maioria, 183, vota a favor da greve. Há 134 votos contrários e 11 nulos ou em branco.

22 de maio

O Campus de Piracicaba (USP) entra na greve.

23 de maio

Reunião técnica na UNICAMP. Pela primeira vez na história das negociações com o Fórum das Seis, o CRUESP tenta determinar unilateralmente o número de negociadores das entidades de docentes e funcionários. O Fórum recusa-se a aceitar a imposição; o CRUESP recua. O Fórum apresenta sua contraproposta: 20% de reajuste sobre março e política de recomposição salarial até a próxima data-base.

25 de maio

A Congregação da Faculdade de Direito da USP decide encaminhar moção ao CO para que este e o reitor tomem “as providências cabíveis destinadas a resolver a atual situação de crise pela qual passa nossa universidade”. A Congregação proclama legítima a greve e repudia “qualquer forma de sanção sobre a comunidade acadêmica, afastando-se a falta de pagamento de vencimentos e a determinação de descontos a funcionários e professores paralisados, bem como a

imposição de listas de presenças aos alunos”. Dezenas de milhares de manifestantes vão ao Palácio dos Bandeirantes e mostram a Covas que a ação truculenta da PM na Paulista não intimidou o movimento.

27 de maio

Nova reunião de negociação com o CRUESP, desta vez na Escola Politécnica. O CRUESP oferece mais 4,25% sobre o salário de março, mas retira a incorporação do abono em janeiro de 2001.

29 de maio

A assembléia geral da ADUSP delibera pela continuidade da greve, por considerar insuficiente a proposta do CRUESP de reajuste adicional de 4,25%. Por decisão da assembléia, professores “descem” da História até a Reitoria e pedem uma audiência com o reitor. A conversa, na sala do CO, dura mais de duas horas.

30 de maio

O Conselho Universitário da UNESP aprova deliberações que apóiam as reivindicações de docentes e funcionários em greve, tais como a exortação ao CRUESP para que realizasse reuniões semanais de negociação e o aumento da cota do ICMS para 11,6%. Na UNICAMP, os funcionários decidem impedir a reunião do Conselho Universitário.

31 de maio

Os trabalhadores do setor público estadual, incluídos os das universidades, em greve por melhores salários voltam às ruas, ocupando boa parte da Av. Paulista e saindo em animada passeata pela Av. Brigadeiro Luiz Antonio, até a Assembléia Legislativa.

1º de junho

Seguida troca de correspondência entre o Fórum e o CRUESP, sem resultados. Apesar da disposição do Fórum em reabrir a negociação, os reitores mantêm sua intransigência, preferindo ignorar o aumento verificado na arrecadação de maio no estado de São Paulo. A

assembléia da ADUSP ouve relatos de 18 unidades, nas quais se realizaram assembléias setoriais, plenárias e reuniões com diretores. E, por unanimidade, delibera pela continuidade da greve. O Fórum das Seis, representado pela diretoria da ADUSP, reúne-se com membros da COP³ e assessores da reitoria da USP, no prédio da FEA. A finalidade da reunião é esclarecer a contraproposta do Fórum das Seis e comentar o estudo da COP intitulado “Situação Orçamentária da USP em 2000 e Política de Recursos Humanos”, datado de 25 de maio.

6 de junho

Apesar da insistência do Fórum das Seis, não há negociação. A Reitoria da USP pune docentes e funcionários, na forma de descontos dos dias parados no salário, e corta os repasses de receita à ADUSP e ao SINTUSP.

7 de junho

A assembléia decide pela continuidade da greve, repudia as punições e cria uma Comissão de Mediação, para romper o impasse nas negociações. Também resolve destinar parte do fundo de reserva da ADUSP a um fundo de greve, e nomeia uma comissão para geri-lo. A ADUSP publica matéria paga nos jornais diários criticando a atitude do reitor da USP de praticar descontos aleatórios nos salários de docentes e funcionários e de reter o repasse devido às entidades sindicais. O Fórum das Seis é recebido pela Reitoria da UNICAMP. Além do reitor Hermano Tavares e dos pró-reitores da UNICAMP, estavam presentes representantes do STU, SINTUSP, ADUSP, ADUNICAMP, ADUNESP e FRASUBRA. O Fórum leva ao reitor o pedido de abertura imediata de negociações.

8 de junho

Cumprindo deliberação da assembléia, a diretoria da ADUSP constitui Comissão de Mediação junto à Reitoria da USP, composta pelos professores Antonio Candido, Dalmo Dallari, Aziz Ab’Saber,

³ Comissão de Orçamento e Patrimônio.

Milton Santos, Alfredo Bosi e Gerhard Malnic. Parte da Comissão visita o reitor na mesma noite em que é formada.

9 de junho

O dia é marcado pelo esforço de docentes e funcionários em reabrir as negociações. O professor Malnic negocia por telefone com o reitor, e, ainda pela manhã, envia mensagem à ADUSP com documento anexo da Reitoria. Nesse documento, a Reitoria assume vários compromissos, aceitando a reabertura de negociações desde que os piquetes sejam desativados. É também enviada uma mensagem do reitor a Malnic, de que se depreende um pedido de sigilo e o reconhecimento do papel mediador da Comissão de Mediação. Depois disso, a assembléia dos funcionários aprova a flexibilização do piquete de modo que qualquer forma de convencimento se afastasse o mais possível da porta da reitoria e não impedisse a entrada de ninguém. Mas, enquanto isso acontece, a reitoria divulga aos diretores um comunicado com os compromissos apresentados na sua proposta original. Além disso, um novo informe da CCS⁴ anuncia que a Reitoria retirou a proposta, alegando que a ADUSP a havia distorcido. No final da tarde, após as informações chegarem à ADUSP, parte dos professores da Comissão de Mediação (Gerhard Malnic, Antonio Candido e Aziz Ab'Saber) se reúne e solicita ao reitor uma audiência. Entretanto, o professor Marcovitch não se dispõe a receber a comissão. Os mediadores dispõem-se, então, a comparecer à próxima assembléia da ADUSP, para dar seu testemunho sobre o comportamento da entidade e o do reitor.

12 de junho

Na assembléia, a platéia emocionada ouve os depoimentos dos professores Gerhard Malnic, Aziz Ab'Saber, Alfredo Bosi, Dalmo Dallari e Antonio Candido, todos da Comissão de Mediação (o professor Milton Santos não pôde estar presente, por problemas

⁴ Coordenadoria de Comunicação Social.

de saúde). A Comissão faz depoimento histórico e é aplaudida de pé. A assembléia aprova a continuidade da greve. O CRUESP propõe negociação para o dia 14, sem informar o local.

13 de junho

Ato público do Fórum das Seis no gramado da Reitoria da USP. O CRUESP informa, finalmente, o local da próxima negociação: a Faculdade de Odontologia da UNESP, em São José dos Campos.

14 de junho

Vigília pela negociação e abraço no Relógio da USP. Em São José dos Campos, tem início a negociação decisiva com o CRUESP, que termina às 5h30 da madrugada do dia 15.

15 de junho

Após avaliar as importantes conquistas do movimento, assembléia histórica decide pela suspensão da greve.

16 de junho

Docentes, alunos e funcionários discutem a reposição das aulas e a retomada das demais atividades acadêmicas.